

Empregados da Conab e Ebserh buscam destravar impasses que impedem fechamento de seus ACTs

Empregados da Conab e Ebserh, empresas públicas cruciais para a sociedade, vivem há mais de três anos um impasse que impede a consolidação de novos acordos coletivos de trabalho (ACTs) das categorias. Apesar das inúmeras tentativas de busca de diálogo, as direções de ambas as empresas têm apresentado obstáculos e insistido na retirada de direitos já adquiridos, o que arrasta os processos de negociação, ambos em mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Além de enfrentar ameaças de retirada de direitos, o desmonte e desrespeito são marcas desses processos de negociação no governo Bolsonaro.

Recentemente, o 35º termo de prorrogação do ACT 2017/2019 dos empregados da Conab foi assinado. Até o dia 31 de julho seguem vigentes as cláusulas do ACT que entrou em vigor há cinco anos. De reposição salarial, a mudanças em plano de assistência a saúde, além da criação de normas internas que alteram cláusulas já firmadas, diversos são os pontos que vem gerando polêmica e travando o ACT dos empregados da Conab.

Na Ebserh, a retirada de direitos e o congelamento salarial vem sendo sistematicamente repudiados pela categoria e encarados como descaso por parte da empresa. Essenciais para o povo! Invisíveis para o governo! Este segue sendo um dos motes centrais que conduz a campanha de mobilização dos empregados da Ebserh.



Mobilização segue fundamental

Dias de luta, assembleias e debates permanentes estão na agenda dos empregados tanto da Conab quanto da Ebserh. E a mobilização segue fundamental não apenas para reverter esse quadro de desmonte, mas para cobrar valorização e dignidade aos empregados dessas estatais importantes ao País.

Na Ebserh o último dia 8 foi marcado por atos nacionais para cobrar da empresa um desfecho nas negociações e assegurar ACT's justos para todos e todas. A pauta inclui manutenção de todas as cláusulas sociais do ACT vigente, concordando com alteração da redação das cláusulas 2ª, 4ª, 12ª, 13ª, 14ª, 17ª e 27ª, conforme pactuado na mesa de negociações.

A categoria reivindica reajuste linear de 22,30% sobre salários e benefícios com pagamento dos valores retroativos considerando os respectivos ACTs vencidos. Outro pleito é um aumento de R\$ 600,00 aos assistentes administrativos e aos técnicos em radiologia. Além disso, os empre-

gados querem a vigência de três anos (Março de 2020 a Fevereiro de 2023) para o próximo acordo.

Na Conab, os empregados seguem cobrando mais respeito e transparência em torno de temas importantes como a assistência à saúde e a reestruturação da empresa. Além disso, a categoria luta contra determinação da direção que ameaça e traz de volta o fantasma do risco de dispensa para empregados que se aposentaram após 14 de novembro de 2019 e que possuem idade igual ou superior a 75 anos e para quem teve sua aposentadoria deferida antes da EC 103.

"O que empregados da Conab, da Ebserh, como toda classe trabalhadora quer é o devido reconhecimento e ser tratada com dignidade", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condef/Fenadsef. E é em busca de respeito e valorização que os empregados e empregadas vão seguir lutando pela manutenção de direitos inegociáveis e cobrando ACTs justos para todos e todas.

Condef/Fenadsef



Congresso promulga PEC do Desespero e ‘#Jair Odeia Pobre’ bomba no Twitter

O Congresso Nacional promulgou, nesta quinta-feira (14), a menos de três meses das eleições, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 123, oriunda da PEC 15, chamada PEC do Desespero, que dribla as regras eleitorais e autoriza o governo de Jair Bolsonaro (PL) a gastar por fora do teto de gastos mais R\$ 41,25 bilhões até o fim do ano para ampliar uns benefícios para os mais pobres e criar outros para grupos que o apoiaram em 2018, como os caminhoneiros.

Segundo analistas políticos, o objetivo da oficialmente denominada PEC do Estado de Emergência, que, aliás, não existe, é atrair os votos da população mais vulnerável que, em sua maioria está declarando que vai votar no ex-presidente Lula. Bolsonaro está parado no segundo lugar em todas as pesquisas de intenções de voto, muitos pontos atrás de Lula. Ele está apostando todas as fichas para reverter o jogo nesse 'investimento' repentino nos mais pobres, criticado duramente pelos internautas que lembraram várias ocasiões em que o presidente tomou decisões ou votou contra benefícios para os mais pobres.

Com a promulgação da PEC do Desespero, Bolsonaro poderá aumentar de R\$ 400 para R\$ 600 o Auxílio Brasil, ampliar o valor do vale-gás e criar um benefício de R\$ 1.000 para os caminhoneiros, que sofrem com a alta do diesel, e outro para taxistas, ainda sem valor definido.

As medidas só valem até dezembro, dois meses após as eleições, o que levou à subida do tom das críticas sobre o caráter eleito-

reiro do pacote. Em poucas horas os internautas levantaram a hashtag “**Jair odeia pobre**” que teve mais de 20 mil menções no Twitter, citando situações em que o político votou contra medidas que melhorariam a vida dos pobres, como mostra reportagem da RBA.

Eles lembram, por exemplo, que Bolsonaro foi o único deputado a votar contra a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Mais recentemente, em meio a pandemia, o governo defendia apenas R\$ 200 para o auxílio emergencial. O benefício de R\$ 600 só virou realidade graças ao esforço da oposição.

Também são inúmeras as declarações de Bolsonaro contra o Bolsa Família. Em 2010, chegou a chamar o programa de “bolsa farelo”. Em 2021, disse que os beneficiários do programa “não sabem fazer quase nada”.

O governo também desprezou a gravidade da pandemia e da situação de desemprego e paralisia econômica. Tanto que não previu nenhum auxílio nos Orçamentos do ano passado e deste. Por isso, para tentar evitar uma derrota já no primeiro turno, correu com a PEC do Desespero, para poder furar o teto de gastos.

A inflação dos alimentos em alta há mais de dez meses afeta principalmente os mais necessitados. Em São Paulo, assim como em outras 13 capitais, o auxílio de R\$ 600 reais não compra nem sequer uma cesta básica, que está custando R\$ 777,01, alta de 23,94%, de acordo com o Dieese.

Com a redução de impostos

sobre combustíveis, que feriu a arrecadação de estados e municípios, o governo esperava que litro da gasolina caísse para R\$ 5,84, mas, até o momento, o combustível é vendido, em média, por R\$ 6,49, ou seja, 11% acima do estimado. O impacto no preço do diesel, que subiu 165,6% desde 2019, foi ainda menor.

Muito pouco, muito tarde

Não apenas os internautas reclamam que são insuficientes as medidas de Bolsonaro para estancar o sofrimento que se abate sobre os mais pobres. Em nota, a ONG Oxfam Brasil vai no mesmo sentido.

A organização afirma que os benefícios que valem apenas até dezembro, somado a mais um ano sem e a previsão do reajuste do salário mínimo abaixo da inflação, apontam “a falta de vontade política do governo e do Congresso de implementarem políticas que realmente façam a diferença na vida da população brasileira”.

Especificamente sobre a PEC do Desespero, a Oxfam destaca que a ajuda a milhões de brasileiros que vivem em situação de vulnerabilidade “chega com validade curta, o denota um evidente interesse eleitoreiro na sua adoção”.

Sem reajuste no salário mínimo, “os brasileiros terão que apertar ainda mais o cinto para (sobre)viverem”. Por fim, a organização ainda como “absolutamente escandaloso” o congelamento da tabela do IR, “principalmente levando-se em conta que os mais ricos do país são isentos de taxaço sobre juros e dividendos seus investimentos”.

Fonte: CUT